

CAPÍTULO 2

RELATO DE CASO DE PROJETO EXTENSIONISTA: QUE PAÍS É ESTE? ASSEMBLEIA CONSTITUINTE SIMULADA UTILIZANDO A METODOLOGIA DE RPG: CENÁRIOS ALTERNATIVOS NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1985

Prof. Dr. Jeison Giovani Heiler

Pós Doutor em Ciência Política – USP. Doutor em Ciência Política – UNICAMP. Mestre Sociologia Política – UFSC. Graduado Direito Católica de SC. Professor na Escola de Direito da Católica SC. Membro do grupo de pesquisa “Direito, Estado e Globalização”

Prof. Dr. Itamar Luís Gelain

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Licenciado em Filosofia pela Faculdade Palotina (FAPAS). Professor na Escola de Direito e Humanidades do Centro Universitário – Católica de Santa Catarina. Membro do grupo de pesquisa “Direito, Estado e Globalização”

RESUMO

O projeto pretende apresentar a importância de uma sociedade democrática a partir do processo de construção da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. Quais os processos jurídicos, políticos, sociais e históricos envolvidos no processo de formulação constitucional? Que tipos diferentes de países podem emergir de diferentes processos constituintes? O projeto adotou a metodologia de RPG possuindo caráter extensionista, para articular de modo transdisciplinar diferentes saberes envolvendo ativamente os participantes. O projeto foi relevante para o público beneficiado (estudantes secundaristas e também acadêmicos) na medida em que pretendeu recriar na prática uma simulação do processo histórico que culminou com a reabertura democrática em 1985 e a promulgação da Constituição Cidadã em 1988. A etapa final do projeto realizou uma assembleia constituinte simulada na qual estudantes secundaristas e acadêmicos puderam tomar parte no processo político de aprovação da Constituição de um País fictício criado em conjunto pelos estudantes.

Palavras-Chave: Relato de caso; Projeto de Extensão; Assembleia Constituinte; RPG - Role Play Game; Democracia

INTRODUÇÃO

É sabido que o Brasil passou por um processo de ruptura democrática em 1964. Tal cenário interrompeu um contexto de amadurecimento democrático que se inaugurara em 1946 então inédito no Brasil. A ditadura se instalou frustrando o funcionamento regular das instituições. O parlamento foi neutralizado e em seguida fechado. Partidos que haviam sido criados após a ditadura do Estado Novo que durara de 1930 a 1945 foram extintos. Mandatos parlamentares foram cassados. Juizes e até ministros do STF foram removidos de seus cargos¹, e as liberdades e garantias dos cidadãos face ao estado foram dissolvidas. O AI 2 cancelou as eleições diretas para presidente da república e aumentou o número de ministros do STF de 11 para 16 (Carvalho, L. Maklouf, 2010^a *apud* Furmann, 2011), nomeando-se novos ministros alinhados com a UDN, partido que representava o governo militar então instalado. Em 1968 com o AI5 o regime militar se acentuou e passou à violação direta de direitos e garantias antes assegurados na Constituição. Pessoas foram torturadas, mortas e muitos ainda seguem desaparecidos. Além disso houve intensa perseguição e expurgo² a todos que se opusessem ao regime militar ditatorial.

O governo dos generais que conduziam a ditadura militar se iniciou em 1964 e encerrou-se em 1985. Poucos lembram ou sabem disso, mas a transição para a democracia, ou seja, o fim da ditadura e o início de um novo período de governo democrático foi pacífico e fruto de acordos políticos, dentre os quais a aprovação de uma lei que anistiava (Lei n. 6.683/1979) todos os crimes praticados durante o período obscuro de governo autoritário³. Em outras palavras, a lei perdoava todos os crimes praticados por militares e seus opositores em nome do regime político entre 1964 e 1985.

O processo de transição a democracia brasileira nos pós 64-85 foi realizado sob a tutela próxima dos militares que cederam espaço para a

¹ Em janeiro de 1969 três ministros do Supremo Tribunal Federal foram forçados a se aposentar: Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva. O presidente do Tribunal, ministro Gonçalves de Oliveira, renunciou em sinal de protesto (SKIDMORE, 1988, p.167).

² Segundo levantamento de Marcos Figueiredo, entre 1964 e 1973 foram punidas, com perda de direitos políticos, cassação de mandato, aposentadoria e demissão, 4.841 pessoas, sendo maior a concentração de punidos em 1964, 1969 e 1970. Só o AI-1 atingiu 2.990 pessoas. Foram cassados os mandatos de 513 senadores, deputados e vereadores. Perderam os direitos políticos 35 dirigentes sindicais; foram aposentados ou demitidos 3.783 funcionários públicos, dentre os quais 72 professores universitários e 61 pesquisadores científicos. O expurgo nas forças armadas foi particularmente duro, dadas às divisões existentes antes de 1964. A maior parte dos militares, se não todos, que se opunham ao golpe foi excluída das fileiras. Foram expulsos ao todo 1.313 militares, entre os quais 43 generais, 240 coronéis, tenentes-coronéis e majores, 292 capitães e tenentes, 708 suboficiais e sargentos, 30 soldados e marinheiros. Nas polícias militar e civil, foram 206 os punidos. O expurgo permitiu as forças armadas eliminar parte da oposição interna e agir com maior desembaraço no poder (CARVALHO, 2005, p.164).

³ Em 2010, o Supremo Tribunal Federal validou a Lei da Anistia, de 1979, e entendeu que não cabia ao Judiciário rever o acordo político que resultou na anistia de militares e guerrilheiros na transição do regime militar para o democrático.

reabertura democrática. Pouco se questionou, porque a transição à democracia não se deu em razão dos apelos e mobilização populares ou porque os movimentos sociais e os cidadãos não protagonizaram esse processo. A verdade retratada em muitos documentos históricos é que os grupos de resistência haviam sido esfacelados sob as mãos de sangue da ditadura que prendeu, sequestrou, torturou, e assassinou todos aqueles que ousavam levantar vozes discordantes aos interesses dos grupos apoiados pelos militares.

Em razão deste contexto se problematizam os limites legados a democracia decorrentes das questões pendentes, tais como os crimes praticados, a construção/obstrução da memória histórica dos fatos macabros e perniciosos à soberania e aos interesses nacionais, a reparação das perdas, e uma cultura antidemocrática de rebote causada por um certo mascaramento de uma ditadura muitas vezes relatada como “branda” e até mesmo “democrática”.

O fato é que passados mais de 30 anos desde o fim da ditadura militar e da reabertura democrática velhos problemas ainda assombram os brasileiros, a começar por uma profunda e endêmica desigualdade social que situa o Brasil entre os dez mais desiguais do mundo⁴. Decorrente deste problema o país possui índices assombrosos de violência como revela o ATLAS da violência no Brasil⁵, para piorar, escândalos de Corrupção tem sido uma constante entre aqueles que deveriam resguardar o interesse público levando ao descrédito geral nas instituições⁶. No mesmo passo, um dos sistemas mais desiguais do planeta, elevados dados de violência, um sistema carcerário esgotado, um judiciário moroso e uma baixa efetividade dos direitos fundamentais completam a lista dos principais e mais profundos problemas que atestam o subdesenvolvimento do Brasil. Para fechar, no campo político, a solidez das instituições e da democracia são assombradas por dois *impeachments* em menos de 25 anos e por uma lista de mais de uma centena de emendas à Constituição de 1988 em 35 anos da sua promulgação.

⁴ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/21/politica/1490112229_963711.html

⁵ Em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da Saúde (MS). Isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil. Fonte: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432

⁶ O relatório “Satisfação com a Democracia e Conjuntura Política no Brasil” apresenta alguns dos resultados encontrados na pesquisa A Cara da Democracia no Brasil, realizada em março de 2018. A pesquisa identificou que os padrões de satisfação dos brasileiros com o regime democrático encontram-se nos níveis mais baixos desde 2002. Perguntados sobre o nível de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil, em que era possível responder “muito satisfeito”, “satisfeito”, “insatisfeito” e “muito insatisfeito”, apenas 19,4% dos brasileiros afirmaram estar “muito satisfeitos” ou “satisfeitos”. O relatório completo está disponível no link: <https://www.institutodademocracia.org/single-post/relatorioacaradademocracia>

O argumento

O Projeto de Aprendizagem colaborativa adota uma metodologia que tem por base o aprendizado a partir de problemas Inter ou transdisciplinares, que desafiem o estudante a articular diferentes saberes com foco em uma solução ou resposta a um problema apresentado.

Desta forma, a partir deste cenário histórico narrado acima, os acadêmicos do curso de direito da primeira fase foram desafiados a imaginar um cenário alternativo ao curso da história oficial. A questão colocada foi: Se nos anos de 1985 não tivesse ocorrido a transição negociada para a democracia. Mas, uma profunda ruptura na qual grupos insurretos dos mais variados perfis e ideologias tivessem conseguido afastar os militares do poder e instaurado processos para condenar todos aqueles que praticaram crimes durante a ditadura, a constituição atual seria a mesma, com o mesmo conteúdo garantista e programático, ou ela teria avançado/retrocedido em mais pontos?

Os alunos, usando a metodologia de RPG (*Rolling Play Game*) foram convidados a imaginar o seguinte cenário: Uma vez interrompido o regime de ditadura, diferentes grupos no poder teriam convocado uma assembleia constituinte, nos termos da revolução francesa, cujo principal propósito seria redigir uma nova constituição que estabelecesse os novos parâmetros político, jurídicos, econômicos e sociais do novo País que surgiu a partir daquele momento.

Esta assembleia seria composta pelos grupos mais plurais e variados. Aglutinando empresários dos mais variados setores e tamanhos, grandes proprietários de terra, pequenos agricultores, trabalhadores, desempregados, ativistas das mais variadas pautas, militares insatisfeitos com o regime anterior, religiosos das mais variadas crenças, de forma que a maior parte dos grupos de interesse tenham tomado parte desse processo. Estabelecendo-se assim aquele cenário amplamente democrático preconizado por Robert Dahl (1997) em sua Poliarquia.

Os acadêmicos, de forma simulada, por meio da metodologia de RPG, tomaram parte destes grupos, e receberam a missão de redigir esta nova carta constitucional. As únicas exigências é que fosse uma constituição sintética, de no máximo dez artigos e que existisse uma exposição de motivos para ajudar a interpretação de cada um destes artigos, expondo as justificativas e as intenções dos constituintes presentes em cada dispositivo da nova constituição.

Problema, Conteúdos e Habilidades Desenvolvidas

O projeto articulou conteúdos de cinco disciplinas: Ciência Política e Teoria do Estado Fundamentos e Aplicação do Direito, Fundamentos e Aplicação da Lei Penal e do Crime, História do Direito e Estudos culturais e Antropológicos. Desta forma o pressuposto básico do projeto foi refletir o

problema posto a partir de uma abordagem interdisciplinar no direito.

Qual a importância de uma sociedade democrática? O mundo vive um flagrante crise de legitimidade das instituições democráticas. Levitsky e Ziblatt registram a preocupação com o fenômeno em solo norte americano em “Como as democracias morrem”. A jornalista Anne Aplebaum discute o tema em “O crepúsculo das democracias”. Castells em “Ruptura: a crise da democracia liberal”. Marcos Nobre discute os limites da democracia no Brasil ao escrever sobre a “Ponto Final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia”. E Singer, Araujo e Belineli (2021) discutem de maneira muito pedagógica sobre os aspectos autoritários no capítulo final de seu “Estado e Democracia”.

Desta forma, pode-se dizer que o conteúdo que serviu de linha mestre para o projeto foi a questão democrática. O projeto pretendeu recuperar a importância de uma sociedade democrática a partir do processo de construção da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988⁷. Ou seja, indagou-se quais os processos jurídicos, políticos, sociais e históricos envolvidos no processo de formulação constitucional. Afinal, o Estado é uma criatura do direito ou o contrário? Em que medida os processos históricos concretos interferem na formulação de um modelo constitucional? Assim a pergunta principal que guiou o PAC extensionista foi: Que tipos diferentes de países podem emergir de diferentes processos constituintes? Que país é este?

Assim dentre os conteúdos trabalhados em cada etapa/artigo da constituição tem-se:

No primeiro artigo tratou-se de refletir sobre como os diferentes modelos (Forma, Regime e Sistema de Governo de um Estado) repercutem nas definições políticas mais elementares sobre o exercício do poder estatal. Compreendendo como a adoção de diferentes formas de governo pode repercutir sobre os poderes conferidos ao soberano. Recuperando o debate dos contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau sobre o problema da limitação do poder político nas monarquias absolutistas.

Outra preocupação foi problematizar o sistema de separação de poderes. Refletindo o instituto de separação de poderes como artifice para limitação ao exercício do poder relacionar a necessidade de articulação da forma do estado, sistema de governo e separação dos poderes. A partir de Singer (2021) viu-se como muitas vezes o debate sobre a judicialização da política parte de uma visão anacrônica restrita à teoria de Montesquieu, sem atentar para as contribuições de Madison, Jay e Hamilton - Os Federalistas, que atualizaram a questão como uma ferramenta para garantir os direitos de minorias diante de eventuais maiorias tirânicas ou fascistas.

Na terceira etapa do projeto trabalhou-se com os direitos e garantias fundamentais. Abordou-se os direitos e deveres individuais e coletivos na

⁷O Brasil passou por um processo de ruptura democrática em 1964. Tal cenário interrompeu um contexto de amadurecimento democrático que se inaugurara em 1946 então inédito no Brasil.

perspectiva de Marshal (1967) tendo como foco o exercício da cidadania, refletindo como os direitos e deveres vinculam-se às garantias que os cidadãos possuirão em relação ao poder do Estado e que deveres serão exigidos dos cidadãos para que o Estado criado prospere. O objetivo foi identificar e formular um conjunto de direitos que constituem o núcleo básico do exercício dos direitos políticos e como tal se reflete no sistema político e partidário do país. E a partir deste ponto comparar e selecionar a partir das referências bibliográficas indicadas diferentes sistemas de direitos políticos e sistemas partidários para o País criado. Nesta etapa o foco foi refletir sobre a chamada “sociedade do cansaço” do filósofo Byung-Chul Han buscando desafiar acadêmicos e estudantes do ensino médio a pensar sobre formas para superar a postura de cidadão consumidor para a de cidadão ativo

Imediatamente após esta etapa foi realizada uma primeira audiência pública com a participação dos estudantes secundaristas. Nesta audiência todos foram estimulados a participar, desenvolvendo-se a oralidade e a capacidade de argumentação político jurídica. Nesta etapa também se problematizou o rol de direitos políticos contrastando com os impactos dos modelos de estado/governo e de restrição de poderes adotados, levando a que acadêmicos e estudantes secundaristas discutissem as consequências dos modelos a adotar para o País.

A disciplina de Fundamentos e Aplicação da Lei Penal e do Crime bem como Estudos Culturais e Socioantropológicos foi trabalhada no que tange ao problema da criminalidade, suas possíveis causas e soluções apontadas pela doutrina especializada. Aqui foi problematizado o conceito de segurança pública, e algumas das teorias clássicas da criminologia, com especial ênfase aos ciclos de violência, seletividade do sistema punitivo estatal e o *labeling approaching*. Refletiu-se assim sobre os possíveis modelos de prover segurança aos cidadãos, bem como discutiu-se os bens jurídicos que merecem tutela estatal. Compreender a diferença entre política penal e política criminal.

A análise econômica do Estado foi trabalhada a partir da compreensão do modelo de Estado de Bem-estar Social e seus sucedâneos. A partir deste ponto identificou-se a lógica de formulação de políticas públicas assecuratórias dos direitos sociais e refletiu-se sobre os diferentes níveis de efetividade concreta. Neste ponto, ao abordar a crise do Estado de Bem-estar Social refletiu-se sobre os processos de tributação e formulação orçamentários como correlatos dos objetivos esperados pelo Estado idealizado, problematizando as restrições orçamentárias implicadas pela adoção de diferentes níveis de proteção social pelo Estado criado pelos participantes. Analisar os distintos critérios e as fontes possíveis de tributação. Esquematizar os diferentes modelos econômicos já experimentados pelos Estados ao longo da história.

Na etapa final, os acadêmicos foram levados a refletir sobre as implicações de cada modelo econômico sobre o arcabouço político-jurídico. Debatendo as principais correntes teóricas de economistas formuladas ao

longo da história e suas implicações concretas. Para ao final examinar as relações entre política, estado, sociedade e economia e refletir sobre o dilema da Intervenção Estatal na economia.

METODOLOGIA

Utilizando a técnica de RPG (*Role Play Game*⁸) buscou-se recriar na prática uma simulação do processo histórico que culminou com a reabertura democrática em 1985 e a promulgação da Constituição Cidadã em 1988. A utilização de jogos na educação é uma estratégia para gerar engajamento. Jogos são considerados por muitos pesquisadores na área de educação como recurso importante quando introduzido na prática pedagógica. “O papel do jogo vai além do jogar pelo jogar e auxilia na construção da representação mental e da realidade” (Spinelli, 2021, p. 5). O projeto final recriou uma assembleia constituinte simulada na qual os estudantes puderam tomar parte no processo político de aprovação da Constituição de um País fictício criado em conjunto com os alunos do Curso de Direito.

O público-alvo da ação extensionista foram os estudantes do Ensino Médio. Os alunos do curso de direito assumiram o papel de deputados constituintes e os alunos do ensino médio o povo do país. Seguindo a lógica do RPG os participantes foram instados a encarnar os personagens agindo e atuando tanto como deputados quanto como cidadãos partícipes das audiências públicas e da assembleia constituinte simulada. O efetivo exercício da cidadania demanda um aprendizado sobre categorias políticas fundamentais. Ao longo do projeto esperava-se que o público-alvo, assim como os estudantes envolvidos, desenvolvessem uma melhor compreensão das estruturas de poder estatal (Sistema de Repartição de Poderes), partidos políticos, controle social, políticas públicas, e compreendessem a inafastabilidade do conteúdo político do cotidiano de qualquer indivíduo vivendo em sociedade. Em uma palavra esperava-se provocar os envolvidos a abandonar a postura de consumidores (Chul Han, 2019) de política para o de protagonistas. Para isso foi estimulado o uso de formas de participação popular diretas, tais como Projetos Iniciativa Popular e Veto (vindos dos alunos ensino médio, o povo).

Os acadêmicos foram divididos em grupos e incorporaram a identidade de diferentes representações da sociedade (Indígenas, LGBTQIA+, Produtores Rurais, Movimentos Sociais, Sindicatos, Empresários, Aposentados, etc.) e, por conseguinte, receberam a missão de redigir uma nova carta constitucional. As únicas exigências é que fosse uma constituição sintética, de *no máximo dez artigos* e que exista uma *exposição de motivos* para ajudar a interpretação de cada um destes artigos, expondo

⁸ “Role Play Game, que tem sua definição em um jogo de interpretação de papéis, no qual, pessoas criam narrativas, histórias e um enredo guiado por um mestre, personagem este que narra e guia todo o jogo. Conforme Azevedo (2017, p. 30), este tipo de jogo, ‘envolve diferentes personagens e situações problemas a serem enfrentadas’” (SPINELLI, 2021, p. 5).

as justificativas e as intenções dos constituintes presentes em cada dispositivo da nova constituição.

Para tanto, metodologicamente, os acadêmicos de direito assumiram o papel (*role*) de deputados constituintes, e os estudantes das escolas do ensino médio de Joinville (E. E. B. Plácido Olímpio de Oliveira e E. E. B. Presidente Médici) figurariam como o povo, participando ativamente com debates, proposições, audiências públicas, projetos de lei, e principalmente, na grande plenária final que simulou uma Assembleia Constituinte na qual os diferentes grupos mediram força e argumentos para aprovar, dialética e democraticamente, uma nova constituição.

RESULTADOS

O projeto fomentou um debate útil e profícuo sobre o exercício da cidadania, a importância da democracia e a estrutura de organização de um Estado de Direito. Ademais, foi colocado em evidência que o texto constitucional é um ingrediente estruturante e decisivo para a democracia, pois, é nesta lei maior que é fixado o campo de atuação política com a fixação do tipo de estado, de governo, bem como de direitos fundamentais. Elaborar uma constituição proporcionou aos estudantes a essencial oportunidade de pensar sobre que país que se quer construir.

Dentre os **resultados obtidos** destacam-se os seguintes aspectos manifestos pelos participantes durante a **avaliação final realizada**: desenvolvimento de pensamento crítico. Conscientização acerca do processo de politização que todo o cidadão precisa assumir. Um declarado interesse pelas questões políticas, mas não necessariamente partidárias. Consciência que a política é um fator determinante na vida dos cidadãos. O **público beneficiado** pelo projeto foi de alunos secundaristas da Escola de Educação Básica Plácido Olímpio de Oliveira e Escola de Educação Básica Presidente Médici.

Dentre os **fatos que comprovem o caráter extensionista do projeto**, destaca-se que na primeira intervenção os alunos secundaristas participaram ativamente e de maneira propositiva acerca do diálogo/debate sobre a Ditadura Militar de 1964 e o processo de Redemocratização que culmina com a Constituição de 1988. E no âmbito das audiências públicas e da Assembleia Constituinte, os estudantes secundaristas tomaram o lugar de protagonistas e exerceram, juntos com os acadêmicos, o papel de deputados constituintes discutindo e propondo ideias para a construção do texto constitucional.

Dentre os **impactos na comunidade** se percebeu que com o projeto os estudantes compreenderam as estruturas de poder estatal (Sistema de Repartição de Poderes), os partidos políticos, o controle social, as políticas públicas, e também a inafastabilidade do conteúdo político do cotidiano de qualquer indivíduo que vive em sociedade. Além disso, os estudantes foram

estimulados a abandonar a postura de consumidores de política para o de protagonistas.

Por fim, compreende-se que exista profunda **relação do PAC com as ODS**. O projeto se articula diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em especial aos ODS 04 **“Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”** e 16 **“Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”**

Quanto ao ODS 04, verifica-se aderência às seguintes metas: **(4.7)** Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. E no que tange ao ODS 16, o projeto adere às metas descritas a seguir: **(16.3)** Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos; **16.6** Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis **16.7** Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis; **16.8** Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global

Além disso, o projeto disponibilizou informações e conhecimentos extremamente relevantes para o exercício da cidadania e o engajamento político. Conhecer os processos políticos permite ao estudante ou a qualquer cidadão um papel ativo e decisivo nos rumos da sociedade. Bertold Brecht em seu poema, *O Analfabeto Político*, resume muito bem a importância da consciência e participação políticas: “O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vive-se no Brasil, e no Mundo, um momento paradoxal em relação à democracia. Colhem-se os maduros frutos da jovem democracia brasileira ao mesmo tempo em que se convive com notícias de que 36% da população apoiaria o Golpe de Estado⁹ que ocupa os noticiários brasileiros nos últimos

⁹Veja-se em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2024/02/13/brasileiros-que-apoiam-golpe-de-estado>

dias e que pode comprometer funcionários públicos e autoridades de alta patente.

Singer, Araujo e Belinelli (2021) chamaram a atenção para este contexto afirmando que em decorrência do crash financeiro de 2008, “vieram o Brexit, Donald Trump, os quais se juntaram a chefes de governo autoritários — como Viktor Orbán na Hungria, Recep Erdogan na Turquia, Andrzej Duda na Polônia”. Obviamente que eles também citam o ex-presidente do Brasil (2018-2021) neste grupo. Para os autores, “A ascensão da extrema direita apavora o mundo. Volta-se a falar em fascismo e totalitarismo”. Não se trata de mera questão ideológica. Normalmente a diferença traçada entre o que se convencionou chamar de direita e extrema direita está no fato de que esta última, abertamente, declara pouco apreço à valores democráticos e ao respeito às constituições que lhes fundamentam.

Esta, precisamente, é a importância deste projeto. Auxiliar o público envolvido a perceber a exata relação entre o moderno constitucionalismo e o exercício democrático. Sublinhe-se a categoria exercício. Porque ele requer uma práxis constante. Em termos de vigilância, e labor cívico. Porém, para tanto, não basta a boa vontade. Como bem expressam os autores citados acima: “Para entrar em ação, é necessário saber como atuar e, sobretudo, em que direção fazê-la”. A prática cidadã exige que se perceba os problemas colocados em sua dimensão completa, o que não é simples em tempos de desinformação e somente a partir daí “afiar os instrumentos teóricos permitem a boa intervenção na realidade. A política, aliás, sempre foi práxis: prática que reflete sobre si mesma” (Singer, Araujo e Belinelli, 2021, p. 320).

O efetivo exercício da cidadania demanda um aprendizado sobre categorias políticas fundamentais. Ao longo do projeto notou-se que tanto os estudantes secundaristas, assim como os acadêmicos proponentes do projeto, se apropriaram de uma compressão mais robusta das estruturas de poder estatal (Sistema de Repartição de Poderes), partidos políticos, controle social, políticas públicas, e compreenderam a inafastabilidade do conteúdo político do cotidiano de qualquer indivíduo vivendo em sociedade. Em uma palavra, os estudantes foram estimulados e provocados a abandonar a postura de consumidores de política (HAN, 2019) para o de protagonistas.

REFERÊNCIAS

BEDÊ JR. Américo. **Constitucionalismo sob a ditadura militar de 64 a 85**. Revista de Informação Legislativa. Ano 50, n. 197, jan/mar 2013. Disponível: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/197/ril_v50_n197_p161.pdf

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHUEIRI, Vera Karam de; CAMARA, Heloísa Fernandes. **(Des)ordem constitucional: engrenagens da máquina ditatorial no Brasil pós-64**. Lua Nova, São Paulo, n. 95, p. 259-288, Aug. 2015. Available from <[http:// www](http://www).

scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452015000200259&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-6445259-288/95>.

DAHL, Robert. **A Poliarquia: Participação e Oposição**. Tradução Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora USP, 1997.

GIAMBIAGI, F et al. (Orgs). **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2011.

FURMANN, Ivan. **O Supremo Tribunal Federal e o regime militar de 1964**. Disponível: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-supremo-tribunal-federal-e-o-regime-militar-de-1964>.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARSHALL. T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Zahar Editores: RJ. 1967.

NEVES, Raphael. **Uma Comissão da Verdade no Brasil? Desafios e perspectivas para integrar direitos humanos e democracia**. Lua Nova, São Paulo, n. 86, p. 155-186, 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452012000200006&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452012000200006>.

ROCHA, Antonio Sérgio. **Genealogia da constituinte: do autoritarismo à democratização**. Lua Nova, São Paulo, 88: 29-87, 2013. Disponível:

SALLUM JUNIOR, Brasília. **Transição política e crise de estado**. Lua Nova, São Paulo, n. 32, p. 133-167, Apr. 1994. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000100008&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451994000100008>.

SINGER, André, ARAUJO, Cicero, BELINELLI, Leonardo. **Estado e democracia – uma introdução ao estudo da política**. Rio de Janeiro, Zahar, 2021

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Tradução de Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SPINELLI, Kelly de Lima Azevedo, and Anderson Spinelli Valdevino da Silva. **Estudo Sobre o Uso Do Jogo de RPG Na Educação Matemática Em Anos Iniciais Do Ensino Fundamental**. Boletim Cearense de Educação e História da Matemática (Online) 8.23 (2021)